



## O enquadramento do sujeito nas páginas de um jornal diário<sup>1</sup>

Maria Aparecida Pinto<sup>2</sup>

Marta Regina Maia<sup>3</sup>

Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG.

### RESUMO

Este artigo analisa matérias publicadas no caderno Cotidiano do jornal Folha de S. Paulo durante os meses de agosto a dezembro de 2010. O escopo do trabalho é analisar o enquadramento conferido ao cidadão comum como fonte de informação nesta editoria. O estudo de cunho qualitativo possui como base o objeto empírico e referencia-se nas teorias a respeito do acontecimento, enquadramento e fontes que compõem o campo jornalístico.

**PALAVRAS-CHAVE:** cidadão comum; enquadramento; fontes; jornalismo.

### Introdução

O acontecimento alimenta a produção jornalística. Os noticiários televisivos, radiofônicos, os veículos impressos e os portais pautam-se pela cobertura de acontecimentos que afetam de alguma forma a vida dos cidadãos. Neste sentido, não há jornalismo sem acontecimento. Devido a esta prerrogativa faz-se necessário aprofundar quais critérios ou características possibilitam a identificação e a classificação de um acontecimento.

O acontecimento é um processo de desdobramento de ações que culminam em uma ação que recebe visibilidade ao ser noticiada. Entretanto, há em todo este desenrolar implicações múltiplas de componentes atuantes que constroem a realidade social, na perspectiva de que o fenômeno possui uma vertente relacional e, somente, portanto, condizente com a finalidade do jornalismo: informar o cidadão sobre o que acontece.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Estudante do 5º Período do Curso de Jornalismo da UFOP. Bolsista de Iniciação Científica do Projeto PIP/UFOP “O enquadramento do sujeito nas páginas de um jornal diário”. E-mail: mariajornalismo2009@yahoo.com.br.

<sup>3</sup> Professora Adjunta do Curso de Jornalismo da UFOP. Orientadora do Projeto PIP/UFOP: “O enquadramento do sujeito nas páginas de um jornal diário”. E-mail: martamaia@icsa.ufop.br.



A importância primeira do acontecimento encontra-se na sua ordem relacional. Segundo Louis Quéré (2005, p.60), o acontecimento ocorre a alguém e neste ponto encontra-se um dos aspectos que o torna acontecimento. Neste artigo, pretende-se justamente tratar da analogia acontecimento e fontes, uma vez que as notícias são construídas por meio de procedimentos de entrevistas que visam à obtenção de informação.

É neste âmbito que se percebem as fontes como vertedouros de informação. Atrás de cada notícia há a participação direta ou indireta de um sujeito. Fato que legitima a publicação por poder apresentar relevante influência na vida das pessoas. Mas, o contato e o tratamento fornecido às fontes na feitura das notícias não são igualitários variando de acordo com a categoria em que se enquadram, com a posição social a que pertencem e com a classificação que as configuram.

Neste contexto, surge a participação do homem comum, ou cidadão comum na produção das notícias. Frequentemente citado, por meio de frases que reproduzem literalmente suas falas ou por meio de construções indiretas que se “assemelham” ao que foi dito por este tipo de fonte, o cidadão comum não é notado de forma efetiva nas construções jornalísticas. Esta ação deve-se ao fato de que há um deslocamento para a tentativa de compreensão do que se passa, ou seja, o que o discurso transmite, relegando o sujeito para uma situação de quase invisibilidade.

O *habitus* (BOURDIEU, 2008) do campo jornalístico também contribui para que isto aconteça, pois a rotina de produção que apregoa a objetividade e a imediaticidade impõe uma barreira à perspectiva de que os fatos sociais não existem por si sós, mas são distendidos por atores sociais. Percebe-se a falta de reflexão sobre os indivíduos aos quais o fazer jornalístico denomina fontes, mais no que se refere de forma especial, às fontes não institucionais que têm suas falas editadas. Neste processo, há a formação de uma face identitária que limita e superficializa, quando não estereotipa o ator social que concede uma fala, uma vez que este sujeito é conhecido apenas pelo que é publicado.

A realidade não está dada, ao contrário ela configura-se como *constructo*, desta forma, as fontes constituem princípio básico do jornalismo, uma vez que, oferecem



visões diferenciadas do processo de construção, o que se denomina polifonia. Nesta, as vozes devem ser ouvidas e respeitadas de forma justa. Mas ao folhear um jornal percebe-se claramente que há uma hierarquia e certo *status* de vozes que se diferenciam em dois extremos: as fontes especializadas/profissionais e institucionais recebem maior prestígio e monopolizam as consideradas editoriais nobres, enquanto nos cadernos conhecidos como geral, no caso estudado com a denominação de Cotidiano, prevalecem as falas de cidadãos comuns e anônimos que “ilustram” assuntos tratados de forma, muitas das vezes, sensacionalistas. É importante ressaltar que este processo relaciona-se diretamente com o lugar de fala do sujeito social.

Desta forma, o objetivo do artigo é mostrar como o homem comum é enquadrado nas matérias do caderno Cotidiano do jornal Folha de S. Paulo, mostrando como o jornalista e o jornal representam este tipo de fonte. O *corpus* de análise compreende matérias das edições de agosto de 2010 a dezembro do mesmo ano. A partir da leitura destas edições, optou-se pela análise das matérias relacionadas à questão de moradia (categorias espacial e urbana), analisando as fontes presentes nas matérias e reportagens prezando-se pelo enquadramento fornecido aos cidadãos comuns em relação às demais fontes presentes.

### **Acontecimento e sujeito social: relações intrínsecas**

Neste estudo, mostra-se pertinente uma abordagem do que seria categorizado como acontecimento, assim, trataremos este assunto dentro das perspectivas apontadas por Louis Quéré (2005, p.59). Em “Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento”, o autor inicia o artigo citando George H. Mead e Hannah Arendt. Segundo o primeiro autor, “o acontecimento [é] o que se torna”. (1932, p.51). Já para a segunda autora, “o sentido real de todo acontecimento transcende sempre as ‘causas’ passadas que lhe podem ser associadas (...) mas, além disso, esse mesmo passado apenas emerge graças ao acontecimento.” (1980, p.75).

A partir desta introdução, o autor desdobra o assunto pautando-se pelas categorias de acontecimento. De acordo com este, há, por exemplo, acontecimentos que se constroem independentemente da vontade dos indivíduos, aqueles que são provocados



pelos sujeitos sociais, além dos que se constituem como marcas na trajetória de vida de uma pessoa ou na memória coletiva de uma sociedade.

Constata-se, assim, o poder do acontecimento, uma vez que ele pode determinar o início ou o término de um período estabelecendo novos valores e normas de conduta, o que significa o princípio de uma nova época. Trata-se de uma relação entre passado e futuro do acontecimento que se verifica por meio da construção de sentido e significado. Neste sentido, alguns exemplos podem ser citados como a “ida do homem a Lua” e o ataque às torres gêmeas no dia 11 de setembro. De acordo com citação que Louis Quéré faz de H. Arendt (1980, p.76) o acontecimento possui duas vertentes hermenêuticas: ele precisa ser compreendido muito além do que somente explicado e faz com que haja um processo de compreensão da realidade, ou seja, apresenta uma dimensão reveladora dos fatos.

Para tanto, estas duas compreensões carecem de um estudo de causas acerca dos desdobramentos que geraram o acontecimento em si tendo-se como referência a comprovação do acontecimento e da experiência de seus efeitos, uma vez que

(...) o verdadeiro acontecimento não é unicamente da ordem do que ocorre, do que se passa ou se produz, mas também do que acontece a alguém. (...) Quer dizer que ele afecta alguém, de uma maneira ou de outra, e que suscita reações e respostas mais ou menos apropriadas. É porque ele acontece a alguém que ele “se torna”, para retomar a definição de Mead (...). (QUÉRÉ, 2005, p.61).

É nesta perspectiva que o sujeito social apresenta-se intrinsecamente relacionado com o acontecimento, uma vez que, algo acontece a alguém e se desdobra através das respostas que este alguém fornece na situação vivenciada. A partir deste processo, o acontecimento se torna notícia e envolve outros sujeitos sociais, no sentido de que estes também podem ser afetados diretamente em suas vidas por um processo que se iniciou com um indivíduo especificamente determinado.

Nesta perspectiva, o acontecimento é o que o indivíduo faz diante dele levando-se em conta todo um contexto histórico-social que circunscreve o processo. Desta forma, “quando pode responder-lhe, a sua resposta é mais do que uma simples reação: a pessoa enfrenta o que lhe acontece. O que significa: apropriar-se do acontecimento em função do que ele é; (...)” (QUÉRÉ, 2005, p.73).



É importante ressaltar, contudo que o poder de ação exercido pelo sujeito social sobre o acontecimento limita-se no fato de que uma vez realizado, não há como o modificar, segundo o autor, “o que teve lugar, teve lugar.” (*idem*). O acontecimento é, portanto mais do que um fato no mundo é um enriquecimento de fatos históricos que compreendem a realidade social e a possibilitam.

### **Enquadramento e humanização das fontes**

Dentro da perspectiva suscitada anteriormente, faz-se necessária uma abordagem sobre o enquadramento do sujeito no acontecimento e as implicações deste processo na produção de notícias, considerando a humanização das fontes, uma vez que a forma como o embate do sujeito com o acontecimento é noticiada pode conduzir à humanização ou ao sensacionalismo.

O sensacionalismo em vários casos é confundido com a humanização das fontes no sentido da exposição máxima destes personagens que se encontram por trás dos relatos e das notícias. Decorrente a isto, é necessário estudar como o processo é construído, isto é, que mecanismos constroem a representação da imagem dos indivíduos.

Primeiramente, abordar-se-á, o que se constitui propriamente o enquadramento. Segundo Mauro P. Porto,

Goffman define enquadramentos como os princípios de organização que governam os eventos sociais e nosso envolvimento nestes eventos. Segundo o autor, tendemos a perceber os eventos e situações de acordo com enquadramentos que nos permitem responder à pergunta: “O que está ocorrendo aqui?”. Neste enfoque, enquadramentos são entendidos como macros interpretativos mais gerais, construídos socialmente, que permitem às pessoas dar sentido aos eventos e às situações sociais. (2004, p.78).

O autor afirma que enquadramentos são instrumentos de poder fundamentais, uma vez que interferem diretamente na apreensão da realidade social por meio de práticas específicas como seleção, ênfase, exclusão e apresentação que interferem no processo de interpretação dos fatos. Neste âmbito, o autor cita Todd Gitlin:

Os enquadramentos da mídia [...] organizam o mundo tanto para os jornalistas que escrevem relatos sobre ele, como também, em um grau importante, para nós que recorremos às suas notícias. Enquadramentos da mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e



apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal, ou visual, de forma rotineira. (1980, p.7) (tradução de Porto).

Desse modo, quando os jornalistas enquadram as falas dos cidadãos comuns como meras ilustrações de tese, ou quando as editam de forma contraditória aos mecanismos de edição que aplicam às falas oficiais ou autorizadas, realizam um processo de saliência que conduz a uma interpretação não só dos fatos e falas acerca destes, mas também apreciações sobre os atores sociais envolvidos nos acontecimentos. Assim, o apagamento e a desvalorização da fala dos homens comuns refletem a situação destes na própria sociedade e reforça esta situação ao perpetuar uma forma de tratamento.

Neste sentido, a humanização das fontes é uma abordagem do fato, não de forma pontual, mas de forma a aludi-lo às situações coletivas. Humanizar, portanto, é “resistir à tentação de estandarizar ou de precipitar análise sobre uma pessoa – mas, o que é mais complicado, não reduzir os significados possíveis que retratamos na história.” (PEREIRA JUNIOR, 2006, p.96).

Humanizar é estabelecer um diálogo com a fonte que não se pautem pelo caráter da superficialidade ou do sensacional. Mas sim, um diálogo contextualizado que permita várias interpretações de um caso isolado com vistas à generalidade e as afetações de uma realidade social nas suas complexas redes de conexão entre indivíduos. Percebe-se, então, como as falas e o tratamento destas implica em consequências diretas para a vivência do sujeito social, neste estudo, para o homem comum. A construção jornalística destes sujeitos, não é inocente, mas sim reflexo e refração de uma realidade e reforço de estereótipos sociais arraigados na sociedade.

### **Caderno Cotidiano: uma análise**

Para a construção do presente artigo foram analisadas oito matérias publicadas no caderno Cotidiano do jornal Folha de S. Paulo durante os meses de agosto a dezembro de 2010. O objetivo do estudo é constatar como o cidadão comum é tratado enquanto fonte de informação. Para tanto, optou-se pelas perspectivas do enquadramento jornalístico.

Neste sentido, analisaram-se como as falas das fontes são introduzidas e contextualizadas na produção das matérias; como são editadas; que tipo de contribuição



oferece; como são identificadas; se se constituem em citações literais ou se são classificadas como falas indiretas.

A metodologia pautou-se pelos seguintes aspectos: pelas expressões características que introduzem as citações (de acordo com, segundo, declarou, falou, afirmou); pelo tipo de atividades que estas vozes desempenham (Governo/ Estado/ Instituições Públicas, Entidades Independentes, Iniciativa Privada e Indivíduos não vinculados a instituições) e a que ramo de atividade estas vozes pertencem (Cidadão comum, Poder Executivo, Atletas, Clubes e Entidades Esportivas, Polícia/Forças Armadas, Profissionais e Especialistas, Poder legislativo, Empresas, Sindicatos, Associações de Classe/ONGS/ Igrejas, Poder Judiciário, Instituto de Pesquisa, Outros). Quanto ao tema optou-se, pelo próprio caráter do caderno Cotidiano, pelo tema geral. Além disto, observou-se em que os trechos de discurso contribuem na produção jornalística (Opinião/Enquete/ Comentário; Explicação/Interpretação/Justificativa; Fornecimento de dados; Manifestação de perspectiva/ Posicionamento; Testemunho). Atentou-se também para a participação feminina e masculina como fonte. Os aspectos metodológicos explicitados acima se baseiam no estudo desenvolvido por Eduardo Meditsch e Mariana Segala, no artigo “Vozes do povo e vozes do poder: uma análise dos atores das notícias do principal telejornal brasileiro” (2006).

Antes do fornecimento dos dados referentes às fontes obtidos na pesquisa, é importante fazer algumas considerações sobre as fontes no processo jornalístico. Segundo Nelson Traquina (2001, p.104), fonte de informação é a pessoa que o jornalista observa ou entrevista e que fornece informações. Desta forma, é invariável que ele apareça na construção da notícia e na publicação da mesma, porém deve-se atentar para a forma como tal sujeito é colocado na narrativa de acordo com o seu lugar de fala.

Seguindo referências de Nilson Lage (2001) sobre o assunto, podem-se dividir as fontes em oficiais, oficiosas e independentes. O autor ressalta ainda a existência de fontes primárias, secundárias, testemunhas e *experts*. Segundo o autor, fontes oficiais são aquelas ligadas ao poder executivo ou a entidades e associações, já as fontes oficiosas, discorrem em nome de um governo ou entidade determinados, mas não possuem a devida autorização para esta fala. As fontes independentes não mantêm nenhum vínculo com o poder instituído.



Há que se notar, ainda, as testemunhas, que correspondem aos que tiveram acesso direto aos fatos citados e os *experts*, que realizam uma construção informativa de âmbito técnico dos fatos, processo que compreende uma construção específica de determinada área de estudo, ou setor de trabalho.

Cada tipo de fonte implica significações e valores no exercício do jornalismo. Neste aspecto, torna-se necessário explicitar o que cada uma das categorias principais representa para obter-se um entendimento de uma possível hierarquia de fontes e uma “justificativa” para o apagamento do homem comum como fonte.

As fontes oficiais por estarem relacionadas ao Estado, às empresas ou às organizações recebem a preferência dos jornalistas, uma vez que transmitem maior credibilidade e “aparentemente menor necessidade de apuração” em uma rotina que preza pela instantaneidade e pelo *dead line*.

Desta forma, as pessoas influentes recebem mais visibilidade e com isto maior valorização em relação ao cidadão comum. Baseando-se em Jorge Pedro Sousa (1998) Eduardo Meditsch e Mariana Segala (2006, p.20) apontam para “a valorização das pessoas influentes como fornecedoras de informação, em detrimento do cidadão comum, o que impossibilitaria uma perfeita ‘polifonia social’”. Mas, no quesito valorização deve-se incluir, não somente o direito à fala, mas também o tipo de fala que às fontes é permitido. A partir destas considerações pode-se partir para a análise do objeto.

No que diz respeito às atividades desempenhadas pelas vozes que predominam na secção estudada, percebe-se que a maior parte, o que corresponde a 46%, é classificada como cidadão comum. A segunda maior porcentagem (27%) representa as vozes do poder executivo. A fala de profissionais e especialistas é a terceira maior fonte (13,5%). Este processo ocorre porque, por meio das falas dos especialistas, há uma imposição de uma verdade tangível e passível de ser verificada.

Outro aspecto analisado corresponde à relação entre ramo de atividade e tipo de fala. Neste fator, conclui-se que ao cidadão comum é fornecida a função de prover opinião, comentário, posicionamento e testemunho, principalmente. Diferenciando-se desta condição, as fontes oficiais e os profissionais e especialistas contribuem, primordialmente, com explicação, interpretação, justificativa, perspectivas e



fornecimento de dados sobre o que se noticia. O resultado é o subjugamento e subvalorização das falas dos entrevistados que se enquadram dentro da denominação de homem comum, pois, estes são “autorizados” a fornecer apenas falas ilustrativas o que banaliza, desqualifica e confere apagamento à participação destas vozes.

Percebe-se que quanto ao tipo de atividade, há predominância de falas de indivíduos não vinculados a instituições (54,5%), seguido pelas citações de governo, Estado e instituições públicas (33,3%). Isto está relacionado diretamente com o fato das reportagens desta editoria compreenderem, na sua quase totalidade, artigos que retratam problemas cotidianos vivenciados por habitantes de áreas periféricas dos grandes centros, quando não tratam de fatos que se passam em espaços considerados como marginais.

Desta forma, há duas fontes principais: os moradores que convivem com os “problemas” e os denunciam e as autoridades competentes que revelam perspectivas de ação e desdobram um posicionamento e uma justificação para a situação vivenciada por estes habitantes. O processo pode ser percebido nas próprias manchetes. Alguns exemplos deste tipo são: “*Córrego onde casal morreu alaga há 20 anos, dizem moradores.*” (matéria de autoria de Rafael Veleda e Natália Cancian publicada na edição de quinta-feira, 27 de outubro de 2010, p. C8); “*Chuvas em Minas deixam dois mortos; Defesa Civil faz alerta*” (matéria de autoria de Paulo Peixoto publicada na edição de 29 de dezembro de 2010, p. C4) e “*Um mês depois, complexo do Alemão desconfia de progresso*” (matéria de autoria de Fabia Prates publicada na edição anteriormente mencionada, p.C5).

Neste sentido, o lugar de fala a que pertencem as fontes constitui um aspecto essencial para o enquadramento do sujeito como fornecedor de informação. Deste modo, abordam-se as possíveis implicações que o espaço de origem das falas gera no enquadramento do sujeito social. Há que se ressaltar que não se trata apenas de um conceito geográfico no seu sentido restrito de delimitação física, mas principalmente, refere-se à questão cultural e os aspectos que dela desdobram-se.

Dentro desta perspectiva, o presente estudo adota alguns conceitos desenvolvidos por Michel de Certeau, já que, segundo o autor, “as estruturas narrativas tem valor de sintaxes espaciais” (2000, p.199). Dessa forma, os relatos constituem transportes coletivos para espaços vivenciados e construídos que se encontram distantes do sujeito



ao qual se dirige. É nesse aspecto que o estudioso afirma que todo relato é classificado como relato de viagem e implica em uma prática do espaço (op.cit., p.200).

Segundo Michel de Certeau, espaço “é um lugar praticado” (op.cit., p. 202), ou seja, é construído por meio das práticas sociais e não somente pelo *estar no mundo*. As falas, desta forma, realizam feitura de espaço, de um viver social o que compreende relações de convivência entre sujeitos em um determinado meio. Os relatos permitem acesso a este espaço e também promovem a construção do mesmo. Devido ao processo, percebe-se como as vozes das fontes e o tratamento a elas conferido possuem relevância para a composição da imagem do cidadão que a enuncia.

Ainda segundo o autor, o relato descreve e com isto cria e pode até mesmo adquirir caráter performático dependendo das situações em que se enquadra, além de fundar espaços. Os depoimentos e dizeres de outrem que se materializam no que o jornalismo denomina de fontes de informação regimentam uma biografia do lugar a que se referem por meio de processos polifônicos ou não, dependendo do acesso à mídia que estas vozes possuem e, principalmente, do enquadramento que recebem.

Corroborando com a perspectiva, “antes do juízo, vem o relato” (op. cit., p.212). Vozes e lugares se coadunam formando um *constructo* imagético referencial que conduz a julgamentos de valores, estratificações sociais e principalmente o conferimento de funções sociais a serem desempenhadas por aqueles que se encontram em momento de interação, ou melhor, de interlocução e diálogo com o sujeito que solicita a fala do enunciador.

No estudo, constata-se, ainda, que há uma participação masculina de 74% enquanto que a manifestação feminina compreende 26%. A presente análise não visa atender questões de gênero, mas a partir destes dados pode-se notar um processo que permeia toda uma “vertente” de formação profissional. À voz de especialistas e profissionais masculinos atribui-se mais espaço e com isto notabilidade e credibilidade nos veículos comunicacionais.

O enquadramento das citações define o que é formador ou não de opinião sobre as categorias de fontes. Todo este processo é resultado de seleções, edições e ênfases dadas às partes de estruturas que compõem citações diretas ou indiretas de fontes oficiais e de fontes não oficiais. É importante lembrar que o jornalismo não é o espelho do real, mas



estes mecanismos podem, dependendo da forma como são utilizados, perpetuar as opressões vigentes entre estratos sociais estabelecidos.

Assim, há a construção da realidade social por meio de ações que mantêm o sistema vigente de exclusão social. Constitui-se uma redução dos meandros de complexidade da construção social e altera-se a compreensão da mesma, o que prejudica as “tomadas” de ação que movem a sociedade. Verifica-se, dessa forma, como o uso das fontes implica em todo um contexto de classificação social e de exercício de poder. Os enquadramentos diferenciados aludem aos papéis sociais identificados e aos rótulos construídos na sociedade.

As tabelas abaixo fornecem mais detalhes sobre a pesquisa.

Tabela 1 – Vozes: Tipo de atividade

	Quantidade	%
Governo/Estado/Instituições públicas	11	33,3
Entidades independentes	2	6,1
Iniciativa privada	2	6,1
Indivíduos não vinculados a instituições	18	54,5
Total	33	100

Tabela 2 – Vozes: Ramo de atividade

	Quantidade	%
Cidadão Comum	17	46
Poder Executivo	10	27
Atletas, Clubes e Entidades Esportivas		0
Polícia / Forças Armadas	1	2,7
Profissionais e especialistas	5	13,5
Poder Legislativo		0
Empresas	1	2,7
Sindicatos / Associações de classe / ONGs / Igrejas		0
Poder Judiciário		0
Institutos de Pesquisa	1	2,7
Outros	2	5,4
Total	37	100



Tabela 3 – Participação de gênero

Sexo	Quantidade	%
Homem	20	74
Mulher	7	26
Total	27	100

### Considerações finais

O jornalismo possui papel social definido, o que significa que há uma expectativa em torno da função que exerce na sociedade. Desta forma, quando os profissionais da área responsáveis pela produção de notícia e veiculação de informação transmitem um olhar sobre a realidade, há um contrato tácito com o cidadão (tanto quando o sujeito é interpelado diretamente pelos jornalistas que requerem um relato ou uma fala ou quando o sujeito constrói a narrativa jornalística de forma menos evidente, durante o processo de leitura e interpretação da produção) no que diz respeito à tentativa de aproximação da veracidade.

O acontecimento possui valor notícia a partir do momento que acontece a alguém e implicará em consequências ou perspectivas de afetação que envolvam outros sujeitos sociais. Em decorrência deste mecanismo, é injustificável um jornalismo que não se construa por meio de entrevistas em que haja diálogo com as fontes de informação. Neste processo, há a necessidade de uma prática ética e cidadã, uma vez que a hierarquização de fontes e a construção de funções pré-definidas para estas a partir de uma “lógica de mercado” (no sentido trabalhado por Pierre Bourdieu, 2008) corrobora um procedimento de construção de estereótipos sobre o homem comum.

Na análise das matérias do caderno Cotidiano do jornal Folha de S. Paulo, constatou-se como o enquadramento é um recurso que permeia esta situação a partir da qual uma imagem, por meio do relato, desloca o sujeito para a realidade a que a fala se refere. Porém, há ruídos dentro deste emaranhado de interpretações, quando a interpretação final conduz a um espaço social construído de forma que precisa ser revista modificando-se o método de apropriação de informações e falas que o impresso, no caso em estudo, assume.



O sujeito comum é construído, então, como uma pessoa autorizada a ilustrar a matéria ou reportagem com depoimentos de cunho opinativo, condizente com a realidade social que vive e tendo como contexto um reflexo de um espaço praticado em que prevalece o caráter de submundo e de marginalização. A realidade estereotipada e superficial é produzida na edição das falas por meio de técnicas de seleção, ênfase e exclusão, como visto anteriormente.

Outro aspecto importante, constatado na análise das matérias, é o processo de supervalorização das fontes enquadradas como especialistas. Este mecanismo desenvolve-se dentro de uma perspectiva que remete “arautos de verdade” às vozes especializadas. Há, dessa forma, um *status* presente nestas falas que não pode ser encontrado nas falas do sujeito comum, que se classificam, frequentemente, como já visto, em opiniões.

Por meio dos relatos dos entrevistados e como estes são apresentados percebe-se, no estudo do impresso, que há uma tendência de subvalorização do sujeito comum como pessoa de fala. A marginalização de sua voz, como foi antes explicitada, é resultado de uma série de fatores sociais como a formação profissional, grau de instrução, lugar onde vive e principalmente a condição socioeconômica que apresenta.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGER, C.; TAVARES, F. **Tipologias do acontecimento jornalístico**. In: Encontro nacional de pesquisadores em jornalismo, 7, 2009, São Paulo. Disponível em: [http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/christa\\_berger.pdf](http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/christa_berger.pdf) Acesso em: 18 de junho de 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 17ªed. Petrópolis: Vozes, 2009.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de Jornalismo**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: 2001.

\_\_\_\_\_. **Fontes e fontes**. Florianópolis. Disponível em <[www.jornalismo.ufsc.br](http://www.jornalismo.ufsc.br)>. Acesso em: 20 de junho de 2011.



MAIA, Marta R. **Os diversos “Brasileiros” em revista.** In: Revista Eco-Pós, UFRJ. V.13 nº 3.p.213-229, set. a dez.2010.

MEDITSCH, Eduardo e SEGALA, Mariana. **Vozes do povo e vozes do poder: uma análise dos atores das notícias do principal telejornal brasileiro.** In: Revista de Ciências da Informação e da Comunicação do CETAC, Prisma.com. p. 16-42, 2006.

PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. **A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

PORTO, P. Mauro. **Enquadramentos da mídia e política.** In: RUBIM, A.A.C. (org.). Comunicação e política: conceitos e abordagens. Salvador: EDUFBA/ UNESP. p.74-104, 2004.

QUÉRÉ, Louis. **Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento.** In: Trajectos. Revista de Comunicação, Cultura e Educação, Lisboa, n. 6, p. 59-75, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **O Estudo do jornalismo no século XX.** 1ª ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

#### **Outras fontes:**

##### **Jornal Folha de S. Paulo**

Ano 90. Quinta-feira, 12 de agosto de 2010. : *Morador de favela ainda luta para ser reconhecido. Preconceito de classe continua alto, diz antropóloga americana.* Por Claudia Antunes. p.C6.

Ano 90. Sexta-feira, 27 de agosto de 2010. : *Acostumado ao sertão nordestino, pedreiro não reclama do tempo seco.* Por Vanessa Correa. p.C5.

Ano 90. Segunda-feira, 20 de setembro de 2010. : *Maioria dos piscinões de SP estão sujos. Do “Agora”.* p.C5.

Ano 90. Quinta-feira, 7 de outubro de 2010. : *Moradores fecham acordo com idealizadora da calçada da Fama.* Por Cristina Moreno de Castro. p.C4.

Ano 90. Sábado, 16 de outubro de 2010. : *Desabrigados de Paraitinga já ocupam novas casas.* Por Elida Oliveira. p. C9.

Ano 90. Quinta-feira, 27 de outubro de 2010. : *Córrego onde casal morreu alaga há 20 anos, dizem moradores.* Por Rafael Veleda e Natália Cancian. p. C8.

Ano 90. Quarta-feira, 29 de dezembro de 2010. : *Chuvas em Minas deixam dois mortos; Defesa Civil faz alerta.* Por Paulo Peixoto. p. C4; *Um mês depois, complexo do Alemão desconfia de progresso.* Por Fábio Prates. p. C5.